

" O ACESSO À SAÚDE NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: BARREIRAS E VULNERABILIDADES EM OIAPOQUE, AMAPÁ"

Aimê Mareco Pinheiro Brandão[1]
Tayssa Vitória Moreira Costa [2]
Elizabeth Viana Moraes da Costa [3]
Daniela Cristina de Medeiros Araújo [4]

Eixos Temáticos.
3. Governança, Territórios e Políticas Públicas para o Futuro.

Resumo: O município de Oiapoque, localizado no extremo norte do estado do Amapá e do Brasil, configura-se como um território fronteiriço marcado por intensas dinâmicas socioculturais, econômicas e ambientais entre Brasil e Guiana Francesa. Nesse contexto, a população da região enfrenta desafios históricos relacionados ao acesso à saúde, agravados pelo isolamento geográfico, pela dependência do transporte fluvial, pela ausência de políticas públicas contínuas e pelas vulnerabilidades socioeconômicas presentes na região amazônica de fronteira. O presente estudo objetiva analisar as desigualdades no acesso à saúde no município de Oiapoque, a partir de dados obtidos durante ações do projeto Promoção e Educação em Saúde nas Comunidades (PESC) e Centro de Estudo Sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia (CESPE). Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida mediante aplicação de questionários clínico-epidemiológicos voltados à investigação das condições de saúde, hábitos de vida, condições sanitárias, presença de doenças crônicas e acesso aos serviços de saúde. Os resultados preliminares evidenciam dificuldades relacionadas ao deslocamento até unidades de saúde, fragilidade da assistência contínua, precariedade do saneamento básico e elevada vulnerabilidade territorial associada à condição fronteiriça. Observou-se ainda forte presença de práticas tradicionais de cuidado, uso de plantas medicinais e redes comunitárias de apoio como estratégias de enfrentamento diante das limitações estruturais. O estudo reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas territorializadas e da governança em saúde para populações amazônicas de fronteira, considerando as especificidades culturais, geográficas e socioambientais da região do Oiapoque.

Palavras-chave: Oiapoque, Saúde em Fronteiras, Políticas públicas, Amazônia, Governança territorial.

[1] Graduanda do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Amapá - AP, aimegraduanda@gmail.com;
[2] Graduanda pelo Curso de Farmácia da Universidade Federal do Amapá - AP, tayssav67@gmail.com;
[3] Docente do curso de ciências biológicas da Universidade Federal do Amapá-AP, elizabethviana@unifap.br ;
[4] Doutora em Ciências da Saúde pelo Universidade Estadual de Londrina- PR e Professora do Curso de Farmácia da Universidade Estadual do Amapá - AP, danielamedeiros@unifap.br.

Agradecimentos e apoio financeiro: Esse artigo é fruto do projeto de extensão PESC (Promoção e Educação em Saúde nas Comunidades), financiado pelo CESPE (Centro de Estudos sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia).



INTRODUÇÃO

O município de Oiapoque, localizado no extremo norte do estado do Amapá e do Brasil, constitui uma região estratégica marcada por intensas relações territoriais, culturais e econômicas entre Brasil e Guiana Francesa. Inserido em uma dinâmica amazônica fronteiriça, o município apresenta especificidades sociais e geográficas que influenciam diretamente as condições de vida e o acesso às políticas públicas pelas populações locais. Nesse território, o Rio Oiapoque assume papel central como via de mobilidade, subsistência, integração cultural e circulação econômica, especialmente para comunidades ribeirinhas e povos indígenas que historicamente compartilham vínculos sociais em ambos os lados da fronteira franco-brasileira.

Apesar da relevância geopolítica da região, Oiapoque enfrenta profundas desigualdades estruturais relacionadas ao acesso à saúde, saneamento básico, infraestrutura e assistência estatal. A população convive com longas distâncias geográficas, dificuldades de deslocamento fluvial, limitações econômicas e precariedade na oferta contínua de serviços públicos essenciais, o que segundo Torres Pantoja *et al.* (2026), apresenta elevada vulnerabilidade social e sanitária, marcada pela dificuldade de acesso regular aos serviços de saúde, especialmente em localidades de difícil acesso territorial.

No contexto fronteiriço, tais vulnerabilidades tornam-se ainda mais complexas devido à circulação populacional transnacional, à informalidade econômica e às fragilidades institucionais relacionadas à vigilância em saúde. Maués (2020) destaca que o sistema de vigilância epidemiológica na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa enfrenta dificuldades históricas relacionadas à integração das informações em saúde, ao monitoramento epidemiológico e à efetivação de ações binacionais de assistência e prevenção. Esse cenário contribui para subnotificações e dificuldades no acompanhamento de doenças transmissíveis, especialmente em áreas de circulação fluvial e garimpo ilegal.

Além disso, a dinâmica territorial urbana e fronteiriça de Oiapoque é atravessada por relações de mobilidade, informalidade e desigualdade social que impactam diretamente a organização da cidade e o acesso aos direitos básicos. Moura (2021) ressalta que a fronteira franco-brasileira apresenta uma dinâmica urbana singular, marcada por intensos fluxos migratórios, circulação econômica informal e múltiplas territorialidades que coexistem na



região. Paralelamente, Botelho (2017) evidencia que o planejamento urbano do município sofre influência direta da tríplice relação entre rio, rodovia e fronteira, elementos que condicionam tanto a organização espacial quanto às formas de acesso aos serviços públicos.

Diante desse contexto, o presente estudo objetiva analisar as desigualdades no acesso à saúde da população do município de Oiapoque, considerando os impactos territoriais, socioeconômicos e fronteiriços que atravessam a realidade amazônica. A pesquisa foi desenvolvida a partir de ações do projeto Promoção e Educação em Saúde nas Comunidades (PESC) e Centro de Estudo Sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia (CESPE), mediante aplicação de questionários clínico-epidemiológicos voltados à investigação das condições de saúde, hábitos de vida, condições sanitárias e acesso aos serviços de saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida a partir das ações extensionistas do PESC-CESPE, vinculado à articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária no estado do Amapá. O estudo foi realizado no município de Oiapoque, localizado no extremo norte do Brasil.

O projeto PESC-CESPE atua desde o ano de 2016 em comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas e periféricas do estado do Amapá, priorizando localidades com limitações no acesso aos serviços de saúde, deficiência de saneamento básico e vulnerabilidade socioeconômica. O projeto envolve docentes, discentes de graduação e pós-graduação, além de profissionais das áreas de Farmácia, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Odontologia e Educação Física.

A coleta de dados ocorreu durante ações de assistência e educação em saúde promovidas pelo projeto nas comunidades atendidas. Inicialmente, realizou-se levantamento prévio das necessidades locais por meio de entrevistas com lideranças comunitárias, representantes de associações de moradores e agentes locais. Posteriormente, foram aplicados questionários clínico-epidemiológicos estruturados, contendo informações relacionadas às condições sociodemográficas, hábitos de vida, acesso aos serviços de saúde, presença de



doenças crônicas, saúde mental, condições sanitárias, uso de plantas medicinais e práticas tradicionais de cuidado.

Além da aplicação dos questionários, foram ofertados serviços de triagem em saúde e assistência multiprofissional, incluindo aferição da pressão arterial, glicemia capilar, dosagem de colesterol, tipagem sanguínea, testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites virais, bem como orientações educativas sobre uso racional de medicamentos, prevenção de intoxicações e boas práticas de saúde. As atividades educativas foram desenvolvidas mediante palestras, rodas de conversa, distribuição de materiais informativos e linguagem adaptada à realidade sociocultural das comunidades atendidas.

A população participante foi composta por crianças, jovens, adultos e idosos residentes nas comunidades atendidas pelo projeto, incluindo indivíduos portadores ou não de doenças crônicas. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Nos casos de menores de idade, a participação foi autorizada pelos responsáveis legais.

Os dados obtidos foram organizados em categorias analíticas relacionadas às vulnerabilidades territoriais, acesso à saúde, condições ambientais e determinantes sociais da saúde em áreas de fronteira amazônica. A análise fundamentou-se na literatura científica sobre saúde coletiva, populações ribeirinhas, governança territorial e desigualdades sociais na Amazônia.

A pesquisa respeitou os princípios éticos relacionados à confidencialidade e ao uso das informações coletadas, assegurando o anonimato dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos e acadêmicos. As imagens eventualmente registradas durante as ações extensionistas foram utilizadas apenas mediante autorização prévia dos participantes e da coordenação do projeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

As comunidades da região amazônica apresentam modos de vida profundamente vinculados aos rios, aos fluxos territoriais e às relações socioculturais construídas historicamente na região Norte do Brasil. Na Amazônia, os rios representam não apenas vias de transporte e subsistência, mas também espaços de identidade, pertencimento e organização social. Entretanto, apesar da relevância sociocultural desses territórios, essas populações



convivem com processos históricos de desigualdade social, fragilidade estrutural e limitação no acesso às políticas públicas básicas, especialmente no campo da saúde.

Nesse contexto, o acesso aos serviços de saúde é diretamente influenciado pelos determinantes sociais e territoriais que atravessam o cotidiano das populações tradicionais. Torres Pantoja *et al.* (2026) destacam que comunidades ribeirinhas apresentam elevada vulnerabilidade sanitária decorrente da precariedade do saneamento básico, das dificuldades de deslocamento e da baixa continuidade da assistência em saúde em áreas remotas. Tais fatores contribuem para o agravamento de doenças crônicas, doenças infecciosas e limitações no acompanhamento clínico contínuo das populações amazônicas.

Em regiões de fronteira, essas desigualdades tornam-se ainda mais complexas devido às dinâmicas transnacionais e à circulação populacional intensa entre países vizinhos. O município de Oiapoque, localizado na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, caracteriza-se como um território estratégico marcado pela coexistência de diferentes identidades culturais, relações econômicas informais e múltiplos fluxos migratórios. Moura (2021) ressalta que a dinâmica territorial urbana da fronteira franco-brasileira é marcada por intensos movimentos de circulação de pessoas, mercadorias e serviços, configurando um espaço de constantes transformações sociais e econômicas.

Além da mobilidade populacional, a região fronteiriça enfrenta dificuldades relacionadas à vigilância epidemiológica e à integração das políticas públicas de saúde. De acordo com Maués (2020), o sistema de vigilância em saúde na fronteira entre Amapá e Guiana Francesa apresenta limitações estruturais relacionadas ao monitoramento epidemiológico, à sistematização das informações em saúde e à integração institucional entre os dois países. Essas fragilidades dificultam o controle de doenças transmissíveis e comprometem a efetividade das ações preventivas e assistenciais em áreas de circulação fluvial e garimpo ilegal.

Outro aspecto relevante refere-se à organização territorial do município de Oiapoque, fortemente influenciada pela relação entre rio, rodovia e fronteira. Botelho (2017) evidencia que o planejamento urbano da cidade ocorre a partir dessa tríplice dinâmica territorial, na qual o Rio Oiapoque assume papel central na mobilidade e na organização espacial da população local. Para as comunidades ribeirinhas e indígenas da região, o rio constitui elemento



fundamental de deslocamento, trabalho, subsistência e conexão social, muitas vezes sobrepondo-se às delimitações político-administrativas impostas pela fronteira internacional.

As desigualdades estruturais presentes na fronteira franco-brasileira também repercutem no acesso aos direitos fundamentais e à cidadania. Oliveira (2019) aponta que populações residentes na região enfrentam dificuldades econômicas, políticas e institucionais relacionadas ao acesso à justiça, proteção social e efetivação de direitos básicos. Tais limitações refletem diretamente na garantia do direito à saúde, especialmente para grupos socialmente vulneráveis e populações que dependem do deslocamento fluvial para acessar serviços públicos essenciais.

Dessa forma, compreender as desigualdades no acesso à saúde em Oiapoque exige uma abordagem que considere simultaneamente os aspectos territoriais, culturais, ambientais e políticos que atravessam a realidade amazônica de fronteira. A análise das condições de saúde das comunidades atendidas pelo projeto PESC-CESPE insere-se nessa perspectiva, buscando compreender como as vulnerabilidades territoriais e socioeconômicas influenciam os processos de adoecimento, cuidado e acesso às políticas públicas em comunidades ribeirinhas do extremo norte do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos durante as ações do projeto PESC-CESPE, realizadas no município de Oiapoque, permitiram identificar importantes vulnerabilidades relacionadas ao acesso à saúde, às condições sanitárias e aos determinantes sociais presentes na população da fronteira franco-brasileira. A sistematização dos achados foi organizada em categorias analíticas relacionadas ao perfil sociodemográfico, condições ambientais, acesso à saúde e práticas tradicionais de cuidado.

Participaram da pesquisa 31 indivíduos residentes em áreas periféricas do município de Oiapoque. Observou-se discreta predominância do sexo masculino, correspondendo a 51,6% dos participantes, enquanto o sexo feminino representou 48,4%. Em relação ao estado civil, verificou-se predominância de indivíduos solteiros (58,1%), sendo o restante dos entrevistados casados ou em união estável.

Apesar da relevância territorial e populacional do município de Oiapoque, observa-se que a ação contou com baixa participação quando comparada à população estimada pelo



Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contabiliza aproximadamente 27.482 habitantes no município, representando crescimento populacional de cerca de 34% em relação ao censo anterior feito em 2010. Entretanto, essa baixa adesão da população às ações de saúde também deve ser compreendida como um importante achado empírico da pesquisa, uma vez que evidencia as próprias dificuldades estruturais de acesso enfrentadas pela população amazônica de fronteira.

De acordo com Botelho (2017) e Moura (2021) a realidade territorial de Oiapoque é marcada por desafios históricos relacionados à ausência do Estado, à precariedade da infraestrutura e às limitações de mobilidade regional. O deslocamento entre comunidades ribeirinhas e a sede municipal frequentemente depende do transporte fluvial ou da BR-156, rodovia que historicamente apresenta problemas de trafegabilidade, sobretudo em períodos de intensa precipitação pluviométrica, dificultando o acesso aos serviços públicos e encarecendo a circulação de pessoas, alimentos e insumos básicos. Além disso, fatores socioeconômicos como insegurança alimentar, fragilidade da agricultura familiar, altos custos de deslocamento e vulnerabilidade social contribuem diretamente para a baixa procura por serviços de assistência à saúde.

Outro elemento relevante refere-se à própria dinâmica fronteiriça da região. A intensa circulação transnacional entre Brasil e Guiana Francesa, associada à informalidade econômica, ao garimpo ilegal e às situações de vulnerabilidade social, incluindo exploração sexual, violência e insegurança territorial, influencia diretamente os processos de adoecimento e a relação da população com os serviços institucionais de saúde. Em muitos casos, como dito por Oliveira (2019), comunidades ribeirinhas e grupos socialmente vulneráveis enfrentam barreiras econômicas, culturais e geográficas que dificultam sua participação em ações contínuas de promoção e prevenção em saúde.

Nesse sentido, a baixa adesão observada durante as ações do PESC ultrapassa uma limitação quantitativa da pesquisa e passa a representar um indicativo relevante das desigualdades territoriais presentes no extremo norte amazônico. Tal cenário reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas territorializadas, da ampliação das estratégias de atenção primária fluvial e da construção de modelos de governança capazes de



considerar as especificidades sociais, culturais e geográficas das populações fronteiriças amazônicas, especialmente no município de Oiapoque.

Em relação às condições ambientais e sanitárias, observou-se que 22,6% dos participantes relataram consumir água sem nenhum tipo de tratamento, enquanto 48,4% afirmaram utilizar água mineral e 16,1% consumiam água filtrada. Além disso, cerca de 6,5% dos participantes realizavam o tratamento da água com hipoclorito. (Tabela 1).

Tabela 1 - Consumo de água na comunidade pesquisada

Indicador	Frequência (n)	Percentual (%)
Consumo de água mineral	15	48,4
Consumo de água sem tratamento	7	22,6
Consumo de água filtrada	5	16,1
Tratada com hipoclorito	2	6,5
Água filtrada ou água mineral	2	6,5

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados evidenciam fragilidades sanitárias que podem favorecer a ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias, especialmente em áreas marcadas pela precariedade do saneamento básico e pela dificuldade de fiscalização sanitária. Torres Pantoja *et al.* (2026) ressalta que comunidades ribeirinhas amazônicas frequentemente apresentam vulnerabilidades relacionadas à qualidade da água, armazenamento inadequado de alimentos e ausência de infraestrutura básica, fatores que impactam diretamente os indicadores de saúde coletiva.

Outro aspecto relevante identificado refere-se às práticas de saúde e ao acesso aos serviços assistenciais. Observou-se que parte significativa dos participantes relatou dificuldades no acompanhamento contínuo de saúde, especialmente em relação à realização de consultas especializadas e exames laboratoriais. A dependência do transporte fluvial, os altos custos de deslocamento e as limitações da atenção primária em áreas remotas contribuem para a descontinuidade da assistência.



Nesse contexto, Maués (2020) destaca que a fronteira entre Amapá e Guiana Francesa apresenta fragilidades históricas na vigilância epidemiológica e no monitoramento das condições de saúde, agravadas pela intensa circulação populacional transfronteiriça e pela dificuldade de integração dos sistemas de informação em saúde.

Quanto aos hábitos de vida e práticas tradicionais de cuidado, observou-se forte presença de saberes populares e terapias tradicionais entre os participantes. Embora 61,3% tenham relatado não utilizar plantas medicinais regularmente, parte significativa da população mencionou o uso de chás e preparações naturais como complemento terapêutico, evidenciando a permanência de práticas culturais historicamente associadas ao cuidado em saúde nas populações amazônicas (Quadro 1).

Quadro 1 - Principais vulnerabilidades identificadas na comunidade pesquisada

Categoria analítica	Vulnerabilidades observadas
Acesso à saúde	Dificuldade de deslocamento, assistência intermitente e limitação de exames especializados
Condições sanitárias	Consumo de água sem tratamento e higienização inadequada de alimentos
Vulnerabilidade territorial	Dependência do transporte fluvial e isolamento geográfico
Determinantes sociais	Desigualdade socioeconômica e limitações estruturais
Saúde em fronteira	Fragilidade da vigilância epidemiológica e circulação transfronteiriça

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os achados também dialogam com Botelho (2017), ao evidenciar que a relação entre rio, rodovia e fronteira condiciona diretamente as formas de organização territorial e acesso aos serviços públicos em Oiapoque. Para as populações ribeirinhas, o rio constitui simultaneamente meio de subsistência, deslocamento e conexão social, mas também representa barreira para efetivação do direito à saúde.



Além disso, Oliveira (2019) ressalta que as populações da fronteira franco-brasileira frequentemente enfrentam obstáculos institucionais e econômicos relacionados à garantia de direitos fundamentais. Essa realidade torna-se ainda mais evidente nas comunidades ribeirinhas de Oiapoque, onde as ausências institucionais e a fragilidade das políticas públicas ampliam processos históricos de exclusão social.

Dessa forma, os resultados obtidos evidenciam que as desigualdades no acesso à saúde em Oiapoque ultrapassam questões biomédicas, estando diretamente relacionadas às dinâmicas territoriais, fronteiriças, econômicas e ambientais que estruturam o cotidiano das populações amazônicas do extremo norte brasileiro.

CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa possibilitou compreender que as desigualdades no acesso à saúde no município de Oiapoque estão diretamente relacionadas às condições territoriais, socioeconômicas, ambientais e fronteiriças que atravessam o cotidiano das populações amazônicas do extremo norte brasileiro.

A análise dos dados obtidos durante as ações do projeto PESC-CESPE evidenciou importantes vulnerabilidades associadas à precariedade da infraestrutura, às dificuldades de deslocamento, à limitação do saneamento básico e à fragilidade da assistência contínua em saúde nas comunidades ribeirinhas e periféricas da região.

Os resultados demonstraram que a condição fronteiriça de Oiapoque amplia os desafios históricos relacionados à efetivação das políticas públicas, especialmente no campo da saúde coletiva. A dependência do transporte fluvial, as limitações da BR-156, a circulação transnacional intensa e as fragilidades da vigilância epidemiológica contribuem para a manutenção de desigualdades territoriais e sanitárias que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

Além disso, a baixa adesão da população às ações de saúde revelou-se um importante achado da pesquisa, evidenciando que as barreiras geográficas, econômicas e institucionais também interferem na participação comunitária e no acesso às estratégias de promoção e prevenção em saúde.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à permanência de práticas tradicionais de cuidado, ao fortalecimento das redes comunitárias e à utilização de saberes populares como



formas locais de enfrentamento diante das ausências institucionais. Esses elementos demonstram que as populações amazônicas de fronteira desenvolvem mecanismos próprios de resistência, organização social e cuidado coletivo, os quais precisam ser reconhecidos pelas políticas públicas e pelas estratégias de governança territorial.

Os achados reforçam a necessidade de fortalecimento das ações de atenção primária em saúde, ampliação das unidades fluviais, integração das políticas binacionais entre Brasil e Guiana Francesa e desenvolvimento de estratégias públicas territorializadas, culturalmente sensíveis e socialmente inclusivas.

Por fim, destaca-se a importância da realização de novas pesquisas voltadas às populações ribeirinhas e fronteiriças da Amazônia, especialmente estudos relacionados aos impactos da mobilidade territorial, às vulnerabilidades socioambientais, à segurança alimentar, à saúde mental e às dinâmicas transfronteiriças em saúde pública. Espera-se que este trabalho possa contribuir para futuras reflexões acadêmicas e para construção de políticas públicas mais equitativas, sustentáveis e compatíveis com a realidade das populações amazônicas do município de Oiapoque.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. P. **Planejamento urbano da cidade de Oiapoque a partir da tríplice aliança rio, rodovia e fronteira**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/DISSERTACAO-LINA-PEREIRA-BOTELHO.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

MAUÉS, S. C. C. **Sistema de vigilância epidemiológica na fronteira do Amapá e Guiana Francesa: uma proposta de sistematização da informação em saúde**. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Amapá, 2020. Disponível em: http://200.139.21.55/bitstream/123456789/1851/1/Dissertacao_SistemaVigilanciaEpidemologica.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

MOURA, E. D. de. **Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira**. 2021. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará,



Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/61246. Acesso em: 15 maio 2026.

OLIVEIRA, J. G. P. de. **Defensoria Pública: o acesso à justiça em seus aspectos estruturais, econômicos e políticos na Fronteira Franco-Brasileira**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional, Oiapoque, 2019. Disponível em: http://200.139.21.55/bitstream/123456789/419/1/TCC_DefensoriaPublicaAcesso.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

TORRES PANTOJA, J. H.; DE ARAÚJO LUCENA, A. E.; SOARES DA SILVA, A. J.; DOS SANTOS SARRAZIN, L. R.; BENTES DE OLIVEIRA, E.; FERREIRA MAFRA, V. E.; FERREIRA DE SOUZA, E.; MELO GONÇALVES, D.. Acesso aos serviços de saúde e vulnerabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, Macapá, v. 5, n. 2, p. 118–137, 2026. DOI: 10.36557/2674-9432.2026v5n2p118-137. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/809. Acesso em: 15 maio 2026.